



**ACÓRDÃO Nº625/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11804/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Sistema de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Manicoré – SISPREV.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Janderlan Brito Barbosa (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1674/2019-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Sistema de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Manicoré – SISPREV. Exercício de 2017.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Janderlan Brito Barbosa**, Diretor-Presidente do Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Manicoré - SISPREV, exercício de 2017, conforme art. 22, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 188, § 1º, III, “b”, da Resolução nº 04/02- RI TCE/AM;
- 10.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. Janderlan Brito Barbosa** no valor de **R\$ 5.592,31** (cinco mil quinhentos e noventa e dois reais e trinta e um centavos), nos moldes do art. 305 da Resolução nº 04/2002-RI/TCE, face à irregularidade atentatória à incolumidade do erário verificada na instrução e transcrita na fundamentação do Voto, item 15, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Manicoré por descumprimento de/pelas improbidades apontadas. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária



**ACÓRDÃO Nº625/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

no prazo legal importará a continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Janderlan Brito Barbosa** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução 4/2002, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, devido às restrições 2, 3, 4, 5, 15, 16 e 20, transcritas na fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.4. Determinar** à origem que observe as normas sobre a gestão e organização previdenciária, conforme itens de restrições elencados no Relatório da Unidade Técnica;
- 10.5. Determinar** à **SECEX** que oriente as próximas Comissões designadas a vistoriar o RPPS do Município de Manicoré que verifiquem o cumprimento das determinações elencadas no voto;
- 10.6. Determinar** o encaminhamento de cópia do Relatório Conclusivo n. 16/2019-DICERP, ao Coordenador-Geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos - CGACI / Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS, no endereço: Ministério da Previdência Social - MPS Esplanada dos Ministérios, Bloco "F", Ed. Anexo, Ala A, Sala 450 CEP 70.059-900 - Brasília DF.
- 11- Ata:** 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 23 de Julho de 2019.
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº625/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral